



CÂMARA DOS DEPUTADOS

PROJETO DE LEI N.º 1.820, DE 2020 **(Do Sr. Reginaldo Lopes)**

Proíbe a cobrança das taxas bancárias Transferência Eletrônica Disponível (TED) e Documento de Ordem de Crédito (DOC) em época de restrição a locomoção provocada por pandemias e ou estado de emergência e ou calamidades.

DESPACHO:

APENSE-SE AO PL-1817/2020.

APRECIÇÃO:

Proposição Sujeita à Apreciação Conclusiva pelas Comissões - Art. 24 II

PUBLICAÇÃO INICIAL

Art. 137, caput - RICD

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica proibida a cobrança das taxas bancárias Transferência Eletrônica Disponível (TED) e Documento de Ordem de Crédito (DOC) em época de restrição a locomoção provocada por pandemias e ou estado de emergência e ou calamidades.

Art. 2º A proibição de que trata o art. 1º terá duração enquanto houver decretação de restrição à locomoção.

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

JUSTIFICAÇÃO

O Corona Vírus – COVID-19, elevado à pandemia pela Organização Mundial de Saúde – OMS, é um problema de saúde pública que precisa ser enfrentado por todos da sociedade. Nesta convulsão social mundial que impõe convivermos com situações não experimentadas na sociedade atual, há a necessidade de criar nova legislação para o melhor funcionamento social quando houver em nosso país necessidade de limitar a locomoção da população para sua proteção.

Por este motivo, o projeto ora proposto é necessário para diminuir dificuldades sociais proporcionando a população segurança e direito ao acesso financeiro de suas contas bancárias como também à movimentação financeira sem cobrança de taxas em momentos que devemos privilegiar a vida e não aos lucros.

Sala das Sessões, de março de 2020

Reginaldo Lopes
PT/MG

FIM DO DOCUMENTO